

RECURSO ESPECIAL Nº 1.821.783 - SP (2019/0177388-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **RODOVIAS DAS COLINAS S/A**
ADVOGADOS : **CRISTIANO AUGUSTO MACCAGNAN ROSSI E OUTRO(S) - SP121994**
 : **CLAUDIA JUNQUEIRA ANTIPOU - SP373529**
RECORRIDO : **CHUBB DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS**
ADVOGADO : **FABRÍCIO VERDOLIN DE CARVALHO E OUTRO(S) - PR028857**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por RODOVIAS DAS COLINAS S.A. com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"RECURSO APELAÇÃO CÍVEL SEGURO FACULTATIVO - VEÍCULO AUTOMOTOR - AÇÃO REGRESSIVA MATERIA PRELIMINAR DEDUZIDA EM SEDE DE CONTRARRAZÕES.

Não conhecimento do recurso. Não acolhimento. Ausência de prejuízo ao princípio da dialeticidade recursal. Fundamentos do apelo que demonstram o interesse na reforma da sentença. Matéria prejudicial repelida.

RECURSO APELAÇÃO CÍVEL SEGURO FACULTATIVO - VEÍCULO AUTOMOTOR - AÇÃO REGRESSIVA PRESCRIÇÃO MATEIRA PRELIMINAR SUSCITADA EM SEDE DE APELAÇÃO. Prescrição. Inocorrência. Aplicação prazo quinquenal. Possibilidade. Matéria prejudicial repelida.

RECURSO APELAÇÃO CIVEL SEGURO FACULTATIVO VEICULO AUTOMOTOR AÇÃO REGRESSIVA MERITO.

Seguradora que se sub-rogou nos direitos da segurada. Comprovação dos gastos para conserto do automóvel. Ausência de provas a arredar as alegações da demandante. Responsabilidade da requerida. Reconhecimento. Havendo acidente de trânsito entre veículo automotor e animal que adentrou na pista de rolamento de rodovia, há responsabilidade da Concessionária responsável pela rodovia. Dever de indenizar. O dever indenizatório da concessionária decorre da responsabilidade civil objetiva, respondendo pelos danos decorrentes da existência de animal na pista de rolamento, em razão do risco da atividade sem necessidade de se perquirir eventual culpa pelo evento. Sentença mantida. Recurso de apelação da concessionária requerida não provido, descabida a aplicação do artigo 85, parágrafo 11º, do Código de Processo Civil, eis que os honorários foram fixados em seu grau máximo" (e-STJ fl. 410).

A recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 9º, 10 do Código de Processo Civil de 2015 e 206, § 3º, V, do Código Civil. Aduz, em síntese, a violação ao princípio da não surpresa e que o prazo prescricional aplicado no caso é o trienal.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Inicialmente, verifica-se que os artigos 9º e 10 do CPC/2015 apontados como violados não foram objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e tampouco foram opostos embargos de declaração. Por esse motivo, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 282 do STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"*.

Eis a letra do acórdão recorrido transcrito no que interessa à espécie:

"O E. Tribunal de Justiça já entendeu pela não aplicação do prazo de três anos previsto pelo artigo 206, § 3º, inciso V, do Código Civil na hipótese de ação que busca indenização por danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, na medida em que há regra específica na Lei nº 9.494/97, que, no seu art. 1º - C, estabelece que prescreve em cinco anos a pretensão pleiteada" (e-STJ fl. 413).

Tal posicionamento está em consonância com a jurisprudência desta Corte firmada no sentido de que o prazo de prescrição aplicável ao caso concreto é aquele previsto no art. 1º-C da Lei n. 9.494/1997 (incluído pela Medida Provisória n. 2.180-35/2001).

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. 1. PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 2. CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR. INEXISTÊNCIA CONSTATADA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. INFIRMAR TAIS CONCLUSÕES. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Segundo entendimento do STJ, "o prazo de prescrição das ações indenizatórias movidas em desfavor de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos de transporte é quinquenal, consoante o disposto no art. 1º-C da Lei n. 9.494/97" (REsp n. 1.277.724/PR, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 26/5/2015, DJe de 10/6/2015).

2. O acolhimento da tese acerca da existência de caso fortuito ou força maior exigiria rever as conclusões alcançadas pelo Tribunal de origem, o que é inviável em recurso especial, por implicar reexame das provas contidas nos autos. Incidência da Súmula n. 7 do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.714.766/SE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE,

TERCEIRA TURMA, julgado em 21/8/2018, DJe 27/8/2018)

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. ATROPELAMENTO. COLETIVO. PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI Nº 9.494/1997. VÍTIMA. MENOR IMPÚBERE. INÍCIO DO PRAZO. ARTS. 167, I, DO CC/1916 E 198, I, DO CC/2002. MAIORIDADE RELATIVA. VERBA INDENIZATÓRIA. DEMORA PARA AJUIZAMENTO DA DEMANDA. INFLUÊNCIA NO ARBITRAMENTO. RAZOABILIDADE. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. SÚMULA Nº 54/STJ.

1. Ação indenizatória ajuizada em junho de 2009 por vítima de atropelamento ocorrido em julho de 1991 provocado por condutor de ônibus de propriedade da empresa ré - prestadora de serviço público de transporte de passageiros. Autora que, à época do evento danoso, contava com 2 (dois) anos de idade, e que foi acometida de severas lesões corporais, incapacidade total temporária e dano estético grave e permanente.

2. Recurso especial interposto pela empresa ré objetivando ver reconhecida a prescrição da pretensão autoral ou, alternativamente, reduzidas as verbas indenizatórias fixadas na origem (no valor de R\$ 20.000,00 [vinte mil reais] pelo dano estético e de R\$ 15.000,00 [quinze mil reais] pelos danos morais suportados pela vítima do acidente) e fixada a data em que proferida a sentença como termo inicial de incidência dos juros moratórios.

3. Consoante a jurisprudência desta Corte, o prazo de prescrição da pretensão indenizatória em desfavor de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos é quinquenal, a teor do que expressamente dispõe o art. 1º-C da Lei nº 9.494/1997.

4. A prescrição não corre contra os absolutamente incapazes (arts. 167, I, do CC/1916 e 198, I, do CC/2002). Por isso, em se tratando de ação indenizatória promovida por vítima que, à época do acidente objeto da lide, contava com apenas 2 (dois) anos de idade, o cômputo do prazo prescricional só tem início na data em que ela atinge a maioridade relativa.

5. No caso, em que pese o atropelamento da então menor ter ocorrido em 13/7/1991, o prazo prescricional só começou a correr em 8/7/2004, data em que ela completou 16 (dezesesseis) anos de idade. Inequívoca, portanto, a não ocorrência da prescrição da pretensão autoral, visto que a demanda foi proposta em 17/6/2009, antes, portanto, de esvaído o prazo prescricional quinquenal, que teria como termo final a data de 8/7/2009.

6. A Corte Especial firmou a orientação de que 'a demora na busca da reparação do dano moral é fator influente na fixação do quantum indenizatório, a fazer obrigatória a consideração do tempo decorrido entre o fato danoso e a propositura da ação' (EREsp nº 526.299/PR - DJe de 5/2/2009).

7. A fixação da indenização em patamar relativamente baixo se comparada a casos análogos e a inexistência de elementos que indiquem que o fator tempo não teria sido levado em consideração pela Corte local

Superior Tribunal de Justiça

desautorizam a pretendida redução das verbas indenizatórias, tanto por danos morais quanto por danos estéticos, arbitradas na espécie.

8. Nos termos da Súmula nº 54/STJ, 'em caso de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios fluem a partir do evento danoso'.

9. Recurso especial não provido.

(REsp 1.567.490/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/9/2016, DJe 30/9/2016).

Incide à espécie o entendimento cristalizado na Súmula nº 568 do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Deixo de majorar os honorários sucumbenciais, conforme determina o artigo 85, § 11, do CPC/2015, haja vista que já foram fixados na origem no limite legal de 20% (vinte por cento) (fl. 363 e-STJ).

Publique-se.

Intime-se.

Brasília-DF, 22 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator